

REFORMAS E INOVAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO – CASO DO CURRÍCULO DO ENSINO PRIMÁRIO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS EM MOÇAMBIQUE

*Nehemia Gilberto Raul Zandamela*¹ e *Natália Helena da Fonseca Bolacha*²

Resumo

Este artigo analisa as reformas do currículo do ensino primário em Moçambique, em um contexto influenciado pela globalização e tem como objetivo principal perceber como os alunos surdos estão a ser incluídos neste processo. A globalização trouxe modelos de ensino padronizados que ajudam a desenvolver competências reconhecidas ao nível internacional, mas, ao mesmo tempo, reduziram a valorização da diversidade cultural e linguística que caracteriza o nosso país. Com base na abordagem qualitativa, o estudo sustentou-se na literatura sobre globalização, currículo, inclusão e pedagogia bilíngue, cruzando reflexões da análise crítica no Plano Curricular do Ensino Primário e outros documentos oficiais. Os resultados mostram avanços importantes como reconhecimento da Língua de Sinais de Moçambique, a previsão de adaptações nas avaliações e referências à formação de professores para atender alunos surdos. Apesar disso, existem ainda desafios, como a falta de currículo bilíngue estruturado baseado na língua de sinais; a formação dos professores continua fraca; faltam metas claras, materiais didáticos acessíveis, indicadores de acompanhamento e orientações específicas para avaliação na Língua de Sinais e por fim, o currículo continua muito centrado na oralidade, o que dificulta a aprendizagem e prejudica a identidade linguística dos alunos surdos.

Palavras-chave: Inclusão; Currículo; Globalização; Alunos Surdos; Educação Bilíngue.

REFORMS AND INNOVATIONS: AN ANALYSIS OF CURRICULA IN THE CONTEXT OF GLOBALIZATION – THE CASE OF THE PRIMARY SCHOOL CURRICULUM FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION FOR DEAF STUDENTS IN MOZAMBIQUE

Abstract

This article analyzes primary school curriculum reforms in Mozambique, in a context influenced by globalization, and aims to understand how deaf students are being included in this process. Globalization has brought standardized teaching models that help develop internationally recognized skills, but at the same time, it has reduced the appreciation of the cultural and linguistic diversity

¹Doutorando em Inovação Educativa pela Universidade Eduardo Mondlane. Interprete Educacional de Língua de Sinais. Maputo, Moçambique. E-mail: 703240478@ucm.ac.mz

²Doutora com pós-doutorado em Ciências de Educação, Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique (UFM). Professora Associada da UFM. Nampula, Moçambique. E-mail: nbolacha@ucm.ac.mz



that characterizes our country. Based on a qualitative approach, the study drew on literature on globalization, curriculum, inclusion, and bilingual pedagogy, combining reflections from a critical analysis of the Primary Education Curriculum Plan and other official documents. The results show important advances such as the recognition of Mozambican Sign Language, the provision for adaptations in assessments, and references to teacher training to cater for deaf students. Despite this, challenges remain, such as the lack of a structured bilingual curriculum based on sign language; teacher training remains weak; there is a lack of clear goals, accessible teaching materials, monitoring indicators, and specific guidelines for assessment in sign language; and finally, the curriculum remains very focused on oral communication, which hinders learning and undermines the linguistic identity of deaf students.

Keywords: Inclusion; Curriculum; Globalization; Deaf Students; Bilingual Education

REFORMAS E INNOVACIONES: UN ANÁLISIS DE LOS PLANES DE ESTUDIOS EN EL CONTEXTO DE LA GLOBALIZACIÓN – EL CASO DEL PLAN DE ESTUDIOS DE EDUCACIÓN PRIMARIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA INCLUSIÓN DE LOS ALUMNOS SORDOS EN MOZAMBIQUE

Resumen

Este artículo analiza las reformas del plan de estudios de la enseñanza primaria en Mozambique, en un contexto marcado por la globalización, y tiene como objetivo principal comprender cómo se está incluyendo a los alumnos sordos en este proceso. La globalización ha traído consigo modelos de enseñanza estandarizados que contribuyen al desarrollo de competencias reconocidas a nivel internacional, pero, al mismo tiempo, ha reducido la valoración de la diversidad cultural y lingüística que caracteriza a nuestro país. Basándose en un enfoque cualitativo, el estudio se apoyó en la bibliografía sobre globalización, currículo, inclusión y pedagogía bilingüe, combinando reflexiones de análisis crítico del Plan Curricular de la Enseñanza Primaria y otros documentos oficiales. Los resultados muestran avances importantes, como el reconocimiento de la lengua de signos de Mozambique, la previsión de adaptaciones en las evaluaciones y referencias a la formación del profesorado para atender a alumnos sordos. A pesar de ello, siguen existiendo retos, como la falta de un plan de estudios bilingüe estructurado basado en la lengua de signos; la formación del profesorado sigue siendo deficiente; faltan objetivos claros, materiales didácticos accesibles, indicadores de seguimiento y orientaciones específicas para la evaluación en lengua de signos y, por último, el plan de estudios sigue estando muy centrado en la oralidad, lo que dificulta el aprendizaje y perjudica la identidad lingüística de los alumnos sordos.

Palabras clave: Inclusión; Currículo; Globalización; Alumnos sordos; Educación bilingüe.



1. Introdução

Atualmente, a educação enfrenta grandes desafios por causa da globalização. Os modelos curriculares internacionais e a pressão para formar alunos com competências globais acabam, muitas vezes, por limitar a autonomia das escolas e reduzir a diversidade pedagógica. A globalização mexe com fronteiras económicas, políticas e culturais, e a educação, sendo um dos pilares do desenvolvimento social, não fica de fora dessa influência. Ao mesmo tempo, ela abre espaço para debates sobre direitos humanos e equidade, trazendo para a agenda mundial a questão da inclusão educativa, sobretudo para grupos minoritários ou historicamente marginalizados.

Em Moçambique, o sistema educativo tem passado por várias reformas para se alinhar às tendências internacionais, mas também para responder às necessidades locais. No entanto, a inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEE), em particular os alunos surdos, continua a ser um grande desafio. A realidade mostra que muitos destes alunos ainda vivem situações de exclusão e marginalização, porque os currículos continuam pensados para os alunos ouvintes, sem considerar devidamente as necessidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

Este artigo tem como foco o Currículo do Ensino Primário e procura perceber até que ponto ele responde às necessidades dos alunos surdos e como pode contribuir para uma educação realmente inclusiva. A análise parte da tensão entre duas forças: por um lado, a tendência de uniformização trazida pela globalização; por outro, a necessidade de currículos que respeitem a diversidade linguística e cultural.

A relevância desta pesquisa está na urgência de pensar o currículo não apenas como uma ferramenta de transmissão de conhecimento, mas como um espaço de luta pelo reconhecimento da igualdade e da equidade na educação. Assim, o artigo analisa as reformas e inovações curriculares que podem ser adoptadas no contexto da globalização para melhorar a inclusão dos alunos surdos, procurando identificar se as reformas já em curso contemplam de forma adequada as necessidades deste grupo e quais inovações ainda são necessárias para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

O artigo está organizado em cinco partes. A presente introdução apresenta os desafios da globalização e a tensão entre currículos padronizados e diversidade cultural. A revisão de literatura discute conceitos-chave como globalização, inclusão e pedagogia bilíngue. Em seguida, a análise e discussão dos dados examina propostas de reforma curricular, incluindo a criação de currículo bilíngue, formação de professores especializados, estratégias de avaliação adaptadas, melhorias na infraestrutura e mecanismos de monitoramento. Por fim, a conclusão sintetiza os principais resultados da análise.

2. Globalização, currículo e inclusão educativa: desafios para a educação bilíngue de surdos em Moçambique

A presente seção fundamenta teoricamente o estudo a partir de três eixos inter-relacionados: as transformações curriculares impulsionadas pela globalização, os princípios da inclusão educativa com ênfase na surdez, e os desafios específicos das reformas curriculares em Moçambique. O objetivo é estabelecer as bases conceituais que sustentam a análise da educação de surdos no país, articulando perspectivas internacionais com as particularidades do contexto nacional. Parte-se do pressuposto de que a inclusão educativa de alunos surdos exige uma compreensão integrada dessas dimensões, superando abordagens meramente assistencialistas para reconhecer a surdez como identidade cultural e linguística que demanda políticas curriculares específicas.

2.1 Globalização e currículo

A globalização é um processo que está a mudar profundamente a forma como se definem os objetivos e os conteúdos dos currículos escolares. Ela promove maior ligação e interdependência entre os países, influenciando diretamente as políticas de educação, mas ao mesmo tempo, traz desafios que nem sempre são fáceis de conciliar. Segundo Apple (2024), a globalização estimula a competitividade e a padronização, pressionando para que os alunos adquiram e dominem conhecimentos de forma uniforme dentro da sala de aulas. Desse modo, Robertson (2012) destaca que esta dinâmica reestrutura a teoria do currículo, colocando maior ênfase em habilidades e competências que têm valor em contextos transnacionais, de tal forma que o currículo passa a ser visto como uma ferramenta para formar cidadãos capazes de participar ativamente em economias globais interligadas.

Com base nestas ideias, torna-se essencial pensar em currículos que sejam inclusivos, que valorizem a diversidade e promovam a equidade. É preciso equilibrar as exigências das agendas globais com as necessidades locais, para que o currículo responda de forma justa aos diferentes contextos dos alunos. Por isso, analisar os currículos e propor mudanças durante as reformas é um passo fundamental para que este instrumento sirva todos os alunos, sem deixar ninguém de fora.

2.2 Inclusão educativa e surdez

A inclusão educativa é um princípio consagrado na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que garante que todos os alunos, incluindo os surdos, tenham acesso e participação efetiva no sistema de ensino, independentemente das suas condições ou características. Para os alunos surdos, porém, a inclusão não se resume apenas à matrícula numa escola regular ou inclusiva: ela exige o reconhecimento e a valorização da sua identidade linguística e cultural.

Em Moçambique a educação inclusiva para alunos surdos enfrenta grandes desafios, sobretudo na implementação de uma abordagem bilíngue que respeite a Língua de Sinais de Moçambique (LSM) como língua materna da comunidade surda. Estudos de Maciel, Machungo e Chumane (2022) mostram que os modelos de educação bilíngue atualmente adotados ainda precisam ser ajustados às especificidades dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). No caso dos surdos, os currículos continuam a ser pensados para alunos ouvintes, o que compromete a eficácia do processo de ensino-aprendizagem e perpetua desigualdades.

2.3 Reformas curriculares em Moçambique e a inclusão na perspectiva da surdez

A inclusão dos alunos surdos não deve ser entendida apenas como o simples “acolhimento” na escola ou na sala de aulas, dentro do modelo tradicional de ensino. Pelo contrário, ela exige uma transformação profunda do currículo, pensado a partir de uma pedagogia diferente. Zabalza (2004) chama atenção para a necessidade de planificar e desenvolver currículos que realmente possam ser aplicados na prática da sala de aula e que respeitem a diversidade. Nessa mesma linha, Tomlinson (2014) defende que o currículo deve ser flexível e oferecer espaço para adaptações no ensino e na avaliação, de acordo com as necessidades de cada aluno, incluindo aqueles com necessidades educativas especiais.

A inclusão de alunos surdos exige a compreensão séria de suas particularidades linguísticas e culturais. Não se pode falar de inclusão sem implementar uma educação bilíngue para surdos. Mais do que uma proposta pedagógica, trata-se de um ato político de reconhecimento e valorização da diferença linguística e cultural (Silva, 2025). Nesse contexto, Moçambique tem realizado diversas reformas educacionais desde a independência para ampliar o acesso à educação de qualidade. O Plano Estratégico da Educação (MINEDH, 2020a) e a Lei do Sistema Nacional de Educação (Conselho de Ministros, 2018) são exemplos claros desse esforço: instrumentos que buscam adaptar o currículo às necessidades locais, ao mesmo tempo em que seguem padrões globais.

No entanto, é importante questionar até que ponto essas reformas têm sido eficazes, sobretudo no que toca à inclusão de todos os alunos. No caso dos surdos, ainda há muito por fazer para que a educação seja realmente inclusiva e equitativa.

3. Metodologia

Para construir este artigo, seguiu-se uma abordagem qualitativa, baseada na leitura e interpretação crítica dos documentos curriculares, complementada por uma revisão da literatura especializada. Fez-se uma revisão sistemática que incluiu autores nacionais e internacionais que discutem temas como globalização, reformas curriculares, inclusão educativa, educação de

surdos e pedagogia bilíngue, o que ajudou a criar o enquadramento teórico do estudo e a perceber como as dinâmicas globais influenciam a formulação das políticas curriculares em países periféricos, como Moçambique. As fontes consultadas foram variadas: livros, artigos científicos recentes, documentos orientadores sobre educação inclusiva e estudos específicos sobre a Língua de Sinais de Moçambique (LSM).

A análise documental foi feita de forma crítica e interpretativa, buscando-se identificar evidências, lacunas, contradições e avanços na forma como o currículo aborda a inclusão dos alunos surdos. O processo envolveu a leitura completa dos documentos, a categorização de trechos relevantes e a comparação entre o que está previsto nos currículos e as boas práticas internacionais, sobretudo no campo da educação bilíngue para surdos. Além disso, realizou-se uma análise crítica de conteúdo, organizada em categorias principais: inclusão educativa, estatuto da Língua de Sinais de Moçambique, formação de professores, acessibilidade curricular, avaliação escolar e mecanismos de monitoramento, que permitiu interpretar as informações recolhidas à luz do quadro teórico construído.

4. Diagnóstico do PCEP e propostas de reforma para a inclusão de alunos surdos: entre avanços oficiais e desafios na prática

Nesta parte da análise procuramos mostrar os principais desafios que ainda existem na implementação do currículo do ensino primário voltado para a inclusão dos alunos surdos. Ficou evidente que há lacunas nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e na formação dos professores. Ao mesmo tempo, as propostas discutidas neste estudo apontam para a necessidade de ajustar o currículo, de modo a garantir maior acessibilidade, compreensão e participação efetiva destes alunos no ambiente escolar.

4.1 Disposições e lacunas do Plano Curricular do Ensino Primário na inclusão de alunos surdos

O Plano Curricular do Ensino Primário de Moçambique (PCEP), aprovado em Maio de 2020, traz princípios e estratégias que procuram promover uma educação inclusiva, reconhecendo a importância de atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), incluindo os surdos. Entre os avanços, destaca-se o reconhecimento da Língua de Sinais de Moçambique (LSM) como meio de ensino e disciplina curricular, dentro da modalidade bilíngue, recomendando que a LSM seja usada para desenvolver as competências comunicativas e linguísticas dos alunos surdos e permitindo-lhes acesso ao currículo escolar (MINEDH, 2020b).

Além disso, a Estratégia de Implementação do PCEP sublinha que os professores devem receber formação, tanto inicial como contínua, em matérias ligadas às NEE, incluindo LSM e Braille. As ações propostas também abrangem a promoção da equidade de género, a integração de alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência, a eliminação de barreiras arquitetónicas e a criação

de condições para evitar qualquer forma de discriminação. No campo da avaliação, o Regulamento Geral do Ensino Primário apresenta orientações específicas para alunos com NEE: no caso dos surdos, prevê que as provas escritas usem vocabulário simples, textos curtos e objetivos, perguntas diretas e fechadas, sugerindo ainda substituir ditados por redações a partir de imagens e que os testes orais sejam feitos em LSM (MINEDH, 2020b).

Apesar destes avanços, a análise revela limitações que comprometem a inclusão plena dos alunos surdos. O tratamento dado à LSM no currículo ainda é superficial: embora reconhecida como meio de ensino, não existe um plano detalhado que assegure o seu uso sistemático em todas as disciplinas e níveis de escolaridade. O currículo bilíngue descrito centra-se sobretudo nas línguas moçambicanas orais e no português, mencionando a LSM de forma genérica, sem lhe dar o estatuto claro de primeira língua para os surdos, ficando o português como segunda língua.

Por outro lado, a formação dos professores, embora prevista, não tem mecanismos concretos de operacionalização: o PCEP não define carga horária mínima, nem critérios de certificação ou metas para garantir que todos os docentes que trabalham em turmas inclusivas sejam proficientes em LSM. Além disso, não há referência à presença de intérpretes de língua de sinais nas salas de aula inclusivas. No campo da avaliação, mesmo com recomendações para simplificação da linguagem e uso de imagens, não se prevê a realização de provas totalmente em LSM, nem o uso de recursos visuais e tecnológicos adaptados, tampouco a garantia de intérprete durante as avaliações. Por fim, outro ponto frágil é a ausência de indicadores de monitoramento específicos para inclusão: sem dados claros sobre matrícula, retenção e sucesso escolar dos alunos surdos e de outros com NEE, torna-se difícil medir o impacto real das medidas propostas.

4.2 O currículo como campo de conflito

O currículo do ensino primário em Moçambique ainda está desenhado de forma muito rígida, com uma abordagem linguística e cultural que privilegia sobretudo a língua oral e a cultura majoritária. O que coloca os alunos surdos em clara desvantagem, já que a maior parte destes só consegue aprender o português depois da idade escolar. Essa forma "monolítica" de organizar o currículo entra em choque com o ideal de um currículo flexível, capaz de se adaptar às diferentes realidades dos alunos. Segundo destaca Silva (2025), currículos que dão prioridade apenas à oralidade acabam por criar barreiras para a aprendizagem dos alunos surdos negando às comunidades surdas, que têm a Língua de Sinais como referência o direito de construir uma identidade escolar sólida e autêntica.

4.3 Diagnóstico do currículo do ensino primário: avanços e limitações na inclusão

O Currículo do Ensino Primário, aprovado em 2020, não chega a ser um currículo bilíngue completo, mas traz algumas inovações que representam



avanços importantes na inclusão de alunos surdos. Estes progressos mostram uma mudança de paradigma em direção a uma educação mais justa e equitativa, alinhando-se com a necessidade de adaptar os currículos às demandas sociais e às especificidades de diferentes grupos de alunos, como defendem alguns teóricos (Fullan, 2007; Zabalza, 2004). O currículo reconhece oficialmente a LSM como meio de ensino na modalidade bilíngue, um passo essencial para validar a língua da comunidade surda e promover a sua inclusão, reforçando ideias de Sacks (1989) e Baptista (2010) sobre a importância da língua gestual como a verdadeira voz dos surdos.

Nesse contexto, o currículo prevê adaptações avaliativas específicas para alunos surdos, como provas escritas simplificadas, uso de imagens, dispensa de ditados e testes orais, garantindo que o desempenho do aluno seja medido pelo seu conhecimento e não pela barreira linguística. Inclui ainda a formação de professores em NEE, com competências em LSM e Braille e aborda a necessidade de infraestruturas acessíveis, mostrando que a inclusão não se limita ao aspecto pedagógico, mas deve abranger o ambiente físico da escola. Os valores e competências promovidos incentivam o respeito às diferenças, a solidariedade e a comunicação em Língua de Sinais, o que está em consonância com a visão de Apple (2024), que lembra que o currículo nunca é neutro: ele é um campo de disputa ideológica, onde se constrói conhecimento e cultura.

Apesar dos avanços já alcançados, o PCEP ainda apresenta várias lacunas que dificultam a inclusão plena dos alunos surdos. O maior obstáculo é a ausência de uma abordagem bilíngue pensada especificamente para os surdos, onde a LSM seja reconhecida como primeira língua (L1) e o português como segunda (L2); sem uma estrutura curricular clara nesse sentido, como defende Lacerda (Lacerda, 2024), torna-se difícil garantir o desenvolvimento da identidade e da proficiência linguística dos alunos surdos. Além disso, a falta de materiais didáticos acessíveis cria uma barreira séria ao acesso ao conhecimento, já que o ensino continua muito dependente do texto e da oralidade, formatos pouco adequados para a comunicação visual que é a base da língua gestual. A formação de professores, embora prevista, não tem parâmetros definidos: não há carga horária mínima, certificação obrigatória ou metas nacionais de cobertura, o que faz com que a formação corra o risco de ser superficial.

Da mesma forma, não existem indicadores nacionais de monitoramento específicos para a inclusão de alunos surdos, tornando impossível avaliar de forma rigorosa o impacto das políticas em vigor. No campo da avaliação, mesmo com algumas adaptações, ainda não há previsão de provas totalmente em LSM nem garantia da presença de intérpretes em todas as etapas avaliativas, o que coloca os alunos surdos em desvantagem em momentos decisivos da sua vida acadêmica. Em resumo, as reformas do PCEP representam um passo importante, mas a sua implementação completa exige esforço contínuo, pois o desafio não está apenas na teoria curricular, mas na sua aplicação prática, garantindo que a inclusão deixe de ser apenas um ideal e se torne uma realidade pedagógica no dia a dia das escolas.

4.4 Propostas de reforma para o Plano Curricular do Ensino Primário

O sistema educativo moçambicano ainda enfrenta grandes desafios para incluir de forma justa os alunos surdos, como barreiras sobretudo linguísticas e estruturais. O Plano Curricular do Ensino Primário representa um avanço, mas continua sem reconhecer plenamente a LSM como língua de ensino, sem a garantia da formação adequada dos professores, nem a infraestrutura necessária, o que compromete o direito à educação dos alunos surdos. Por isso, esta secção apresenta propostas de reforma para criar um modelo de ensino mais justo, acessível e sensível às necessidades reais da comunidade surda em Moçambique.

4.5 Estrutura curricular e inclusão linguística

A inclusão dos alunos surdos não pode ser vista como um simples ajuste no currículo, sendo necessária uma mudança profunda na forma como o currículo é pensado. A proposta central é instituir a LSM como primeira língua (L1) e o português como segunda (L2), partindo da ideia de que a língua é a base do pensamento e da aprendizagem. Paulo Freire defendia que a educação deve nascer do universo linguístico e cultural do aluno para ser verdadeiramente libertadora, e no caso dos surdos, a sua língua natural, a LSM é a ferramenta que lhes permite aceder ao conhecimento e construir a sua identidade. Nas palavras de Lacerda (2024), sem esse reconhecimento, a inclusão fica incompleta. Adotar a LSM como L1 não é apenas uma questão metodológica, mas também um ato de valorização cultural e linguística da comunidade surda, representando uma alternativa aos modelos que forçam a oralização e que, como a história mostra, muitas vezes resultam em fracasso escolar e marginalização.

4.6 Abordagem transversal e materiais acessíveis

Para que a reforma seja eficaz, a LSM deve ser usada de forma transversal em todas as disciplinas e não apenas como uma disciplina isolada. Quando a Língua de Sinais é tratada como algo "à parte", o aluno surdo fica isolado e a sua língua perde o papel central como veículo de aprendizagem. Como defende Lodi (2013), a organização curricular reflete as prioridades de uma sociedade, e integrar a LSM em todas as matérias seria uma forma clara de mostrar que a inclusão é um valor central do sistema educativo.

Assim sendo, é igualmente essencial a criação de materiais didáticos acessíveis: como vídeos em LSM, legendas, infográficos e recursos visuais interativos são fundamentais para tornar o currículo inclusivo, seguindo os princípios de ensino diferenciado defendidos por Tomlinson (2014) e reconhecendo que cada aluno tem estilos de aprendizagem e necessidades próprias. A tecnologia, neste caso, não deve ser vista como um elemento extra, mas como um elemento-chave para garantir uma educação justa e acessível para todos. Além das mudanças pedagógicas, a reforma curricular não pode ser apenas um exercício burocrático, precisa ser uma mudança de paradigma.

De acordo com Apple (2024), a luta por justiça social dentro da escola exige compromisso com a equidade, investimento em infraestruturas e formação de professores, enquanto Fullan (2007) sublinha que, no contexto da globalização, as dinâmicas de poder influenciam diretamente os currículos. Assim, a inclusão dos alunos surdos em Moçambique deve ser entendida como um ato de afirmação da sua dignidade e do seu direito a uma educação de qualidade, sendo que só com reformas profundas no currículo será possível garantir que estes alunos alcancem o seu pleno potencial escolar e social.

4.7 Formação e recursos humanos: o pilar da inclusão curricular

A inclusão dos alunos surdos no ensino primário não pode acontecer apenas no papel. Para que seja real, é preciso investir seriamente na formação de professores e de todo o pessoal ligado à educação, pois, não basta escrever nos documentos oficiais que a LSM deve ser usada, se os professores não estiverem preparados, a mudança não acontece. A verdadeira transformação educativa só acontece quando há mudança na cultura e na prática dos docentes. Por isso, a formação em LSM deve ser o pilar central da inclusão: professores, gestores e pessoal de apoio precisam de uma formação intensiva, com certificação obrigatória e pelo menos 200 horas de carga horária, que inclui não só o básico da língua, mas também didática específica para alunos surdos, cultura surda e metodologias de ensino bilíngue. Conforme ressalta Lacerda (2024), estão ligadas ao reconhecimento da sua língua.

Além da formação, é essencial garantir a presença de intérpretes de LSM em todas as turmas com alunos surdos, pois sem intérpretes a comunicação fica bloqueada e os alunos não conseguem participar plenamente das aulas. Por isso, é necessário criar metas anuais para formar e contratar intérpretes, assegurando pelo menos um por turma inclusiva. Fernandes (2020) sublinha que a ausência de intérpretes anula avanços e perpetua a exclusão. Em última análise, a formação contínua e a presença de intérpretes não são apenas questões técnicas, são atos pedagógicos e políticos que mostram o compromisso do sistema educativo com a equidade, sendo que sem este investimento, o currículo inclusivo fica apenas como teoria, sem impacto real na vida dos alunos surdos.

4.8 Avaliação

A avaliação dos alunos surdos não pode seguir os modelos tradicionais que ignoram as suas especificidades. Como defende Lacerda (2024), a escrita e o pensamento dos surdos são estruturados pela LSM, que é visual e própria da sua identidade, por isso, a avaliação deve ser adaptada para refletir essa realidade, valorizando não só o que o aluno sabe, mas também como ele expressa esse conhecimento. Num contexto de globalização e avanços tecnológicos, como observa Robertson (2012), o currículo precisa de considerar as diversidades culturais e linguísticas, pelo que a avaliação deve ser inclusiva e inovadora, garantindo justiça e equidade.



Dessa maneira, propõe-se a realização de provas integralmente em LSM, com possibilidade de respostas em vídeo, o que permite que os alunos demonstrem o seu conhecimento na sua língua natural usando tecnologia para assegurar fidelidade e acessibilidade. A par disso, deve ser garantida a presença de intérprete em todas as avaliações e actividades pedagógicas, pois o intérprete não é apenas tradutor, mas mediador cultural e linguístico, assegurando que o aluno compreenda plenamente as instruções e conteúdo. Por fim, é necessário criar rubricas específicas para avaliar competências em LSM, com critérios claros e transparentes sobre sinalização, gramática da LSM e conteúdo, construídas em conjunto com professores surdos e especialistas, valorizando a experiência da própria comunidade.

Em resumo, a avaliação deve ser uma ferramenta de apoio e não um obstáculo, reforçando a autonomia e a identidade dos alunos surdos, em vez de os oprimir, sendo a sua correta aplicação essencial para que as reformas curriculares atinjam o objetivo de uma inclusão plena e justa (Fullan, 2007).

4.9 Infraestrutura e tecnologia: pilares da inclusão curricular

O sucesso de qualquer reforma curricular que queira ser inclusiva não depende só de mudanças pedagógicas, sendo igualmente necessário garantir condições físicas e tecnológicas adequadas. A inclusão dos alunos surdos começa logo no espaço da sala de aula: para que a comunicação em LSM seja eficaz, o ambiente precisa permitir uma visão clara do intérprete ou do professor, sem sombras ou reflexos que atrapalhem a leitura dos sinais. Como lembra Lacerda (2024), a identidade surda está profundamente ligada à sua forma de comunicação e à sua comunidade, pelo que o espaço de aprendizagem deve valorizar essa identidade e não a sufocar.

Nessa perspectiva, a criação de Salas de Recursos para a Educação Inclusiva, equipadas com tecnologia assistiva e conteúdo em LSM, é uma medida estratégica para responder às necessidades específicas dos alunos surdos, alinhando-se com o princípio da diferenciação curricular defendido por Tomlinson (2014). A tecnologia assistiva pode ser uma grande aliada: softwares de legendagem, sistemas de áudio para aparelhos auditivos e aplicativos que transformam fala em texto ajudam a complementar o trabalho dos intérpretes e dos professores.

Além disso, disponibilizar conteúdos em LSM em plataformas digitais e dispositivos tecnológicos é um passo essencial, pois como destaca Fernandes (2020), o desenvolvimento do pensamento e da capacidade de raciocínio depende diretamente do domínio de uma língua; assim, oferecer vídeos, aulas gravadas e materiais interativos em LSM garante que os alunos surdos tenham acesso pleno e equitativo ao conhecimento, sem depender apenas da tradução em tempo real, que muitas vezes tem limitações. Se não houver investimento em infraestrutura e tecnologia, corre-se o risco de cair numa "educação bancária", criticada por Freire (1987), onde o aluno apenas recebe informação de forma passiva, sem poder interagir ou construir o seu próprio conhecimento.

A verdadeira inovação curricular, como observa Fullan (2007), exige mudanças profundas não só na teoria, mas também na prática, e ao garantir estes recursos, as escolas em Moçambique podem começar a superar os desafios impostos pela globalização, construindo uma educação que seja realmente inclusiva e justa para todos.

4.10 monitoramento e indicadores para a inclusão de alunos surdos

Para que as reformas curriculares voltadas à inclusão tenham impacto real, não basta escrever boas intenções nos documentos, é preciso ter um sistema forte de monitoramento, capaz de avaliar se as mudanças estão mesmo a funcionar e a garantir equidade. Na concepção de Fullan (2007), a mudança educacional só dá certo quando existe acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados. No caso dos alunos surdos, esse monitoramento é essencial para perceber se as reformas estão a quebrar as barreiras históricas de acesso e participação, como defendem Lacerda (2024) e Fernandes (2020), que sublinham a importância da identidade e da língua de sinais no processo educativo.

Para isso, é necessário criar indicadores nacionais de inclusão que vão além da simples matrícula. Um currículo inclusivo, como sugere Tomlinson (2014), deve olhar não apenas para quantos alunos entram na escola, mas para como as suas necessidades são realmente atendidas. Esses indicadores devem abranger a matrícula, acompanhando o número de alunos surdos inscritos no ensino primário, a permanência e retenção, analisando as taxas de abandono escolar e identificando os fatores que levam os alunos surdos a desistirem, o desempenho académico, considerando tanto a proficiência em LSM como o aproveitamento nas várias disciplinas, e a transição escolar, monitorizando a passagem dos alunos surdos para os níveis seguintes e garantindo que o ensino primário os preparou adequadamente.

Sem dados claros, as desigualdades continuam escondidas, pois conforme aponta Apple (2024) o acesso ao conhecimento está ligado a estruturas de poder que muitas vezes excluem os grupos minoritários, por isso, o monitoramento rigoroso deve ser visto como uma ferramenta de transparência e de prestação de contas. Para tornar isso operacional, é fundamental integrar os dados da inclusão dos alunos surdos no sistema nacional de estatísticas educacionais, permitindo acompanhar os resultados todos os anos e criar bases de dados sólidas para decisões baseadas em evidências. Como destaca Pinar (2012), o currículo não é apenas um documento, mas um reflexo das experiências reais em sala de aula, ao incluir esses dados nas estatísticas nacionais, o governo moçambicano poderá, como sugere Freire (1987), reconhecer a realidade dos oprimidos e desenhar políticas que respondam às suas necessidades específicas.

Em resumo, a eficácia das reformas curriculares para a inclusão dos alunos surdos depende de um sistema de monitoramento bem estruturado. Só assim será possível medir o progresso, identificar áreas que precisam de

intervenção e garantir que o currículo cumpra o seu papel de promover o direito de todos a uma educação de qualidade.

A proposta de reforma procura, assim, transformar a inclusão dos alunos surdos de uma previsão genérica no PCEP para uma política curricular concreta e operacionalizada, que assegure direitos linguísticos, pedagógicos e culturais. Inspirada em Paulo Freire, (Freire, 1987), que defende uma educação emancipatória, e em Fernandes (2020), que destaca a centralidade da língua de sinais para a identidade surda, esta proposta reforça que inclusão não é apenas estar fisicamente na escola, mas participar de forma ativa e equitativa no processo de ensino-aprendizagem.

5. Considerações finais

A inclusão dos alunos surdos no ensino primário em Moçambique não pode ser feita apenas com pequenas adaptações, é preciso uma mudança profunda na forma como pensamos a educação. Reconhecer a LSM como língua principal de instrução é fundamental, porque valoriza a cultura surda e promove uma abordagem bilíngue e bi cultural que respeita as identidades linguísticas e culturais destes alunos. Em função disso, a formação de professores qualificados e a produção de materiais acessíveis em LSM são passos indispensáveis para garantir uma educação realmente inclusiva e justa.

Além disso, é essencial integrar tecnologias assistivas e melhorar a infraestrutura escolar, pois estes elementos facilitam a comunicação e criam ambientes de aprendizagem que valorizam a diversidade. Da mesma forma, é necessário adoptar estratégias de avaliação adaptadas, como o uso de recursos visuais e respostas em vídeo, para que a avaliação seja sensível às especificidades linguísticas dos alunos surdos. Para que estas medidas tenham impacto, é imprescindível definir indicadores de monitoramento claros, capazes de acompanhar o progresso e identificar áreas que precisam de melhorias contínuas.

A concretização destas reformas exige um compromisso político, social e pedagógico, com ações coordenadas que envolvam todos os atores do sistema educativo: gestores, professores, comunidade surda e entidades de apoio. Construir uma educação inclusiva, como defendem Freire e outros autores críticos, significa promover a emancipação dos alunos surdos, dando-lhes protagonismo no processo de aprendizagem e na sociedade. Por isso, a transformação curricular deve ser entendida como uma prática social e cultural, capaz de resistir às pressões da globalização e de valorizar as diversidades que caracterizam Moçambique.

Por fim, é importante lembrar que a reforma curricular deve ser um processo contínuo e dinâmico, baseado em evidências e nas experiências reais das salas de aula. Só com uma abordagem integrada, que valorize a diversidade linguística, cultural e pedagógica, o sistema educativo moçambicano poderá oferecer uma educação de qualidade, inclusiva e democrática para todos os alunos surdos, contribuindo para uma sociedade mais justa e plural.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2024. Disponível em: https://books.google.co.mz/books/about/Educa%C3%A7%C3%A3o_e_poder.html?id=05QAEQAAQBAJ&redir_esc=y. Acesso em: 18 abr. 2026.
- BAPTISTA, Maria Madalena Belo da Silveira. **Alunos surdos**: aquisição da língua gestual e ensino da língua portuguesa. Exedra – Revista Científica da ESEC, 2010.
- CONSELHO DE MINISTROS. **Lei do Sistema Nacional de Educação** (Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro). Maputo, Moçambique, 2018. Disponível em: <https://www.mept.org.mz/wp-content/uploads/2021/09/Lei-18-2018-MOZAMBIQUE-Lei-sobre-o-Sistema-Nacional-de-Educacao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- FERNANDES, Eulália. **Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas**. Revista Espaço. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FULLAN, Michael. **The new meaning of educational change**. New York: Teachers College Press, 2007.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Inclusão de alunos surdos: desafios contemporâneos na mediação pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, n. 1, p. 15–32, 2024.
- LODI, Ana Cláudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto n. 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.
- MACIEL, Carla Maria Ataíde; MACHUNGO, Inês Beatriz Fernandes; CHUMANE, Samuel. **Educação bilíngue para pessoas surdas em Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane, 2022.
- MINEDH. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**. MINEDH/DIPLAC, 2020a. Disponível em: <https://www.mept.org.mz/wp-content/uploads/2020/12/Plano-Estrategico-de-Educacao-2020-2029.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- MINEDH, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Curricular do Ensino Primário**: objetivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), 2020b.



ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

PINAR, William F. **What is curriculum theory?** Routledge, 2012.

ROBERTSON, Susan L. Re-theorizing the global: a curriculum studies perspective. In: VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hülya Kosar (eds.). **Global Education Policy and International Development: New Agendas, Issues and Policies**. London: Bloomsbury Academic, 2012. p. 33-51. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781472544575.ch-002>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SACKS, Oliver. **Seeing voices: a journey into the world of the deaf**. Berkeley: University of California Press, 1989.

SILVA, Mikael Sousa. **A educação bilíngue de surdos na Lei n. 14.191/2021: histórico, implementação e percepções de lideranças surdas**. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, 2025.

TOMLINSON, Carol Ann. **The differentiated classroom: responding to the needs of all learners**. 2. ed. Alexandria: VA: ASCD, 2014.

ZABALZA, Miguel Ángel. **La enseñanza universitaria: el escenario y sus protagonistas**. Madrid: Narcea, 2004.

Recebido em: 28 de dezembro de 2025.

Aceito em: 14 de maio de 2026.

Publicado em: 27 de maio de 2026.

